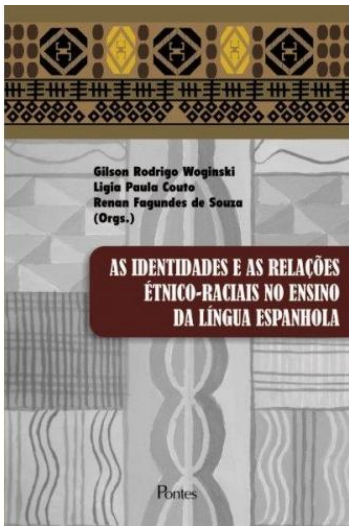


RESENHA

WOGINSKI, Gilson Rodrigo; COUTO, Ligia Paula; SOUZA, Renan Fagundes de. (Orgs.). *As identidades e as relações étnico-raciais no ensino da língua espanhola.* Campinas, SP: Pontes Editores, 2018. 174 p.

Fabrício Cordeiro Dantas[*]

Após pouco mais de um ano da trágica morte da socióloga e parlamentar carioca Marielle Franco que se contrapunha firmemente às diversas formas de desigualdade e de violência contra extratos sociais oprimidos (negros, mulheres, LGBT's), quaisquer iniciativas de buscar valorizar etnias, vozes e identidades negligenciadas, automaticamente, tornam-se importantes *de per si*. Quando se observa tal problemática da desigualdade ou intolerância ao âmbito da educação ou, mais precisamente, ao ensino de língua espanhola, atuar de maneira reativa e proativa torna-se algo mais do que urgente. Afinal, por um lado, presencia-se a depreciação cada vez maior em relação ao ensino-aprendizagem da referida língua e, por extensão, a diminuição gradual nas relações geopolíticas entre o Brasil e os países hispano-americanos; e, por outro, há várias formas de violência étnico-raciais pelas quais vem passando este país.

Nesta esteira de atuação, pois, considere-se a importante iniciativa que é o livro intitulado *As identidades e as relações étnico-raciais no ensino da Língua Espanhola*, oriundo da atuação da Associação de Professores de Espanhol do Estado do Paraná (APEEPR) e cuja discussão pode contribuir para reflexões não só para quem tem interesse na manutenção e expansão do ensino de Espanhol como Língua Estrangeira (E/LE) no país. A referida obra, editada em 2018, é resultado dos trabalhos apresentados no 17º Encontro de Professores(as) de Língua Espanhola do Estado do Paraná (EnPLEE), organizado periodicamente pela APEEPR. No mencionado evento, o tema escolhido foi "Plurilinguismo no Estado Paraná para quê e para quem? Os desafios e perspectivas para a Pós-Graduação, a Graduação e a Educação Básica". Portanto, apresenta discussões que se relacionam entre si ao abordar questões étnico-raciais e/ou de identidade bem como, complementarmente, realiza debates sobre gênero, e, transversalmente, discute de ordem jurídica na medida em que reforça não só a devida aplicação de certos dispositivos legais que promovem um ensino cidadão, mas também reforça a necessidade de atuação política dos professores.

[*] Professor assistente do curso de Letras Espanhol da Unidade Acadêmica de Letras da Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande. Doutorando em Linguística pela UNICAMP. Email: fabricio19@hotmail.com.

CC BY

Em termos de estrutura, *As identidades e as relações étnico-raciais no ensino da Língua Espanhola,* apresenta dez textos, sendo o primeiro, uma espécie de prefácio ou introdução, elaborado pelos organizadores e o último, um manifesto que tenta, de forma abalizada, opor-se a uma série de mudanças que foram propostas ou já efetivadas no ensino médio e, mais especificamente, no ensino de língua espanhola culminando com um pedido para os parlamentares votarem em prol do que é defendido no manifesto. Os outros oito textos, por sua vez, abordagem abordam temáticas diferentes.

Na abertura do livro, encontra-se o texto "A APEEPR e seu compromisso com a pesquisa na área da língua espanhola e o ensino de espanhol". Aqui, os professores organizadores, Gilson Rodrigo Woginski, Ligia Paula Couto e Renan Fagundes de Souza, descrevem o objetivo e a gênese da presente obra, além de detalhar o funcionamento da APEEPR, seu percurso histórico e sua proposta de sempre visar congregar e representar o professorado de espanhol do Estado do Paraná. Ademais, esclarece o texto que, se anseia convergir com discussões atuais tanto de ordem teórico-pedagógica como jurídico-cultural considerando as principais mudanças e intenções de ação por parte dos governos em modificar ou eliminar dispositivos legais que promoviam o ensino de espanhol e visavam à equidade entre as diversas representações étnico-raciais e de gênero. Ainda na apresentação, faz-se um apanhado das principais atuações e contribuições da referida associação de professores pontuando a criação do Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM) no Paraná e a promoção em torno de concursos públicos para a área de língua espanhola, após a redemocratização do país.

Na sequência, pontuam-se discussões teóricas que balizarão o livro, tais como os conceitos de identidade, interculturalidade e Relações Étnico-Raciais, ao pensar-se o ensino de LEM, além de listarem-se documentos que devem ser explorados no ensino básico e inclusive problematizados pela área das linguagens, a exemplo da Lei 10.639/2003, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana (2004) e as Orientações e Ações para as Relações Étnico-Raciais (2006). Daí decorre o que seria um dos possíveis méritos do livro que é pensar em ensino de língua sob a perspectiva intercultural que corrobora com as aplicações de tais leis contribuindo para a busca de educação antirracista, pois, através das identidades culturais dos países hispânicos é que seria possível compreender melhor a própria identidade e romper com alguns estereótipos.

Após a abertura do livro listam-se os artigos, excetuando-se o manifesto no final do livro, e as respectivas modalidades em que se encaixam, ou seja, Relatos de Experiência Didáticas", "Trabalhos de Pesquisa", "Oficinas" e "Mesas Redondas".

O primeiro artigo pertence à modalidade "Trabalhos em Pesquisa", com o título "Práticas pedagógicas em ensino de espanhol: reflexões étnico-raciais via gêneros textuais e letramento racial crítico". Elaborado pelo professor Gilson Woginski, o texto dedica-se a compartilhar uma proposta interessante de atuação mediante uma experiência realizada em seu Mestrado profissional em Letras Estrangeiras Modernas da Universidade Estadual de Londrina, no Paraná. O público-alvo incluiu docentes de espanhol e objetivava promover discussões crítico-reflexivas, especialmente com os alunos matriculados no Ensino Médio das Redes Pública e Privada da Educação Básica e do Centro de Línguas Estrangeiras Modernas.

Tal capítulo se destaca pela intenção de atualizar estudos e experiências realizadas, a exemplo da articulação, semelhante aos outros artigos do livro, entre a ideia de *africanidades* (presença das culturas africanas) e suas contribuições para a

CC BY

construção da América Latina e das aulas de espanhol. Para embasar esta conexão e fundamentar sua proposta didática, Woginski abarca aportes teóricos como Gênero Textual, Relações Étnico-raciais, Teoria Racial Crítica e Letramento Racial Crítico, e, complementarmente, evoca o papel educacional das Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008 que dispõem sobre obrigatoriedade do estudo dos conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena na Educação Básica do Brasil.

Partindo de eventuais lacunas de abordagem no ensino, Woginski fornece informações sobre questões referentes às Relações Étnico-Raciais para a *(in)formação* dos professores da disciplina curricular de Espanhol, possibilitando atualização de experiências do ensino de raça/ etnia, considerando que existe uma forte presença de racismo, sexismo e elitismo modelando a estrutura de sala de aula, realidade contra a qual se deve lutar. Sua metodologia apresenta como instrumento a confecção de um Caderno Pedagógico, discutindo o gênero história em quadrinhos do personagem argentino Gaturro, visto de forma estereotipada, algo que permite trabalhar conceito de identidade.

O autor explica que sua proposição buscou contribuir, enquanto prática pedagógica pessoal, para uma orientação que pode ser aplicada em qualquer contexto, havendo, claro, adaptação ao momento histórico e a cada contexto escolar específico. Considera-se, neste texto, como ponto alto a relação pertinente na didática atual de aproximar conhecimentos disciplinares com reflexões culturais e uma visão crítica que pode ser compartilhada e aplicada/adaptada a depender dos contextos de ensino.

Ainda na mesma parte da publicação, o terceiro capítulo "Identidade social de raça/etnia nos livros didáticos de espanhol perspectivas críticas sobre representação dos afrolatinos hispanofalantes", é um trabalho do professor de espanhol e difusor da cultura peruana em instituições educacionais, Víctor Ricardo Romero Masgo. Em seu trabalho, Masgo dedica-se a expor, em uma espécie de linguagem ensaística, a necessidade de se revisar o trabalho com Livros Didáticos (LDs) no que diz respeito a conteúdos discursivos e imagens socioculturais. Neste sentido, objetiva observar se os conteúdos presentes em LDs de língua espanhola apresentam ou não um adequado tratamento no momento de representar socio-culturalmente diversas identidades que fazem parte da América Hispânica, a exemplo dos afrolatinos.

Este estudo faz uma revisão de literatura para abordar a citada problemática. Teoricamente, encontram-se a ideia de representação identitária, o significado da identidade e da diferença, as origens do conflito de identidade em jogo, elementos que, se forem bem conhecidos pelo professor de idiomas, segundo Masgo, poderiam torná-lo mais consciente de seu papel como educador na escola e abrir caminhos para a possibilidade de desconstruir estereótipos que afetam a representação do afro-latino hispano-falante.

Citam-se alguns autores e trabalhos sobre identidades em livros didáticos a exemplo para quem o livro didático simbolicamente vem representando a construção de identidades de professores e alunos, ao participar diretamente na formação de seu imaginário quando se trata de tomar conhecimento da cultura do outro. Em seguida, após uma breve discussão teórica sobre identidade e raça, se busca dedicar mais especificamente à ideia de representação dos afrolatinos hispano-falantes nos LDs de E/LE, entendendo que a América Latina normalmente se encontra invisibilizada ou como espécie de anexo do mundo hispânico, o que justificaria uma verificação da produção do material didático, já que cumpre um papel crucial na formação de identidades dos alunos.

CC BY

O autor reforça a relevância de se estudarem as identidades sociais de raça como forma de compreender como as relações de poder influem nas relações de identidades de representação racial, ao atribuir significados positivos a determinadas identidades raciais em detrimento de outras, e como é que estes mecanismos realmente operam, cabendo ao docente buscar desconstruir estereótipos e/ou não reforçar determinados discursos ideológicos em suas aulas.

Na sequência compondo a categoria "Relatos de Experiências Didáticas", o artigo "Lei 11.645/2008 e questões indígenas no ensino de espanhol" de Ligia Paula Couto e Letícia Fraga, advém de uma experiência realizada no âmbito do projeto PIBID Espanhol/ Português da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), cujo eixo de estudo se voltava para o conteúdo da referida Lei, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional em prol da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Ademais, o presente texto inclui os conceitos de interculturalidade, descolonização do conhecimento e desobediência epistêmica na área de ensino de línguas, bem como expõe os resultados atingidos após o desenvolvimento dos processos formativos dos pibidianos.

Propor o chamado *fazer descolonial* na implementação da Lei 11.645/2008 só é possível, segundo o artigo, quando se abordam as diversas culturas dos inúmeros povos indígenas nos territórios da América Latina nas aulas de espanhol em escolas públicas da região de Ponta Grossa. Isto significaria superar padrões estereotipantes, bem como ideias colonizadoras e superar paradigmas dominantes para, em meio a práticas docentes, permitir que os alunos construam um pensamento diferente.

A prática culminou com algo que chama atenção, isto é, o trabalho com narrativas indígenas escritas em Guarani Mbya, que seriam digitadas e traduzidas ao espanhol e cuja matéria-prima foi um conjunto de narrativas coletadas pelo *Summer Institute of Linguistics*, de 1970, com o Sr. Nelson Florentino, Guarani Mbya paranaense, que atuou como informante no projeto de elaboração de uma gramática do Guarani publicada por aquele instituto. Houve como meta publicar as narrativas em moldes de um livro infanto-juvenil, ilustrado, a princípio, em Guarani e em Português, depois em Espanhol. Deveria, assim, ser difundido em escolas indígenas, em escolas urbanas, em aulas de línguas portuguesa e espanhola bem como em escolas de outros países da América, como no Paraguai, onde o Guarani e o Espanhol são línguas oficiais. Esta iniciativa demonstra bastante relevância tanto pelo seu viés pedagógico quanto sociocultural.

As autores concluem que a sua perspectiva, ao basear-se nos conceitos de interculturalidade e de descolonização do conhecimento e da desobediência epistêmica, gerou formas diferenciadas de pensar as aulas de língua espanhola culminando com a criação de estratégias, atividades, metodologias não limitadas a abordagens ou métodos de ensino de línguas mais comuns/tradicionais nas aulas de línguas na atualidade.

Na continuação da modalidade de "Trabalhos em Pesquisa", vemos um artigo elaborado mediante a perspectiva de análise sociocultural de uma canção. Trata-se do artigo "Efeitos da diáspora mexicana na canção Jaula de Oro de Los tigres del Norte" produzido pela professora da área de espanhol da Universidade da Fronteira Sul (UFFS, Paraná), Naiane Carolina Menta Três, que baseia sua discussão, sobretudo, nos conceitos de identidade e de diáspora mexicana em relação aos EUA.

O conceito de *Diáspora*, isto é, fenômeno histórico marcado pela relação de muitos povos com seu local de origem e pelo deslocamento para outro território por razões diversas, se une à análise da canção "Jaula de Oro" (1984), cuja discussão é

CC BY

bastante apropriada para compreender o sentimento de deslocamento e adaptação ao novo espaço.

Após pontuar a base teórica, se começa a fazer uma análise gradual e dialogada da canção correlacionando-a a elementos teóricos sobre diáspora do indivíduo que, embora motivado a sair do México, sua terra Natal, para os Estados Unidos, por questões econômicas, sente dificuldade de pertencimento na terra estrangeira, esvaziando-se tal como a sensação de prisão, apesar de dispor de dinheiro, seja porque não tem a liberdade de se expressar, seja por não se expor como parte da nação que ora ocupa. A canção, assim, dá voz ao sentimento do povo mexicano que migrou aos Estados Unidos, algo ressignificado ou expandido pelo fato de ter sido regravada por uma cantora contemporânea, haja vista a pertinência do tema e a diáspora mexicana continuar.

A seguir, agora na categoria de mesas redondas, expõe-se o artigo "Igualdade de gênero nas aulas de língua espanhola: em defesa de uma escola cidadã, democrática e plural", da Professora do Curso de Letras/Língua Espanhola e Literaturas Hispânicas da UEL, Jacicarla Souza da Silva. Este texto contrapõe-se à forma como as pautas atuais vêm prejudicando tanto a educação quanto os direitos humanos. É o caso da terceira versão da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), de 06/04/2017, que coloca a abordagem de gênero de maneira insuficiente ou que acaba por deslegitimar a realização de discussões sobre a igualdade de gênero no contexto escolar.

No tópico "Entre leis e contrassensos", a autora problematiza a falta de relevância dada à abordagem da igualdade de gênero nas aulas de língua espanhola como idioma adicional, bem como a expressão "ideologia de gênero" veiculada pelo governo, quando, na verdade, a intenção atual seria lutar por uma educação promotora da igualdade gênero. Nesta esteira de pertinente discussão, a pesquisadora traz à tona elementos básicos dos papeis da Educação, do plurilinguismo, dos Direitos Humanos, a fim de corrigir certos discursos, começando pela oposição à negação da palavra "gênero", algo que seria renunciar às conquistas das mulheres ou negar a presença feminina na sociedade ou a pluralidade de opiniões e pensamentos que a BNCC, paradoxalmente, reitera.

Na sequência, no tópico "Remando contra a maré", Jacicarla opõe-se também à reforma do Ensino Médio, de 2017, aprovada a contragosto de muitos professores e alunos de diferentes regiões do país, que criticaram, dentre outras coisas, a retirada da obrigatoriedade da oferta da língua espanhola no Ensino Médio. Entende-se que tal realidade promove, uma vez mais, a imposição do ensino da língua inglesa, demonstrando uma visão redutora em relação ao papel dos idiomas estrangeiros na Educação Básica. Além da LDB, as *Orientações curriculares para o Ensino Médio*, de 2006, já se opunham a esta visão limitadora ao entender ser necessário promover o ensino de língua como promotora da cidadania, algo mais viável mediante um ensino plurilíngue que rompa com estereótipos e questione valores hegemônicos, sejam eles culturais ou linguísticos. Portanto, a última Reforma do Ensino Médio pretende, na prática, ensinar línguas mediante uma perspectiva utilitarista do idioma, simplesmente para atender ao mercado, daí a necessidade premente de, em face desta ótica utilitarista acrescida à violência e intolerância atuais, o trabalho em sala de aula dever propor debates sobre o *status quo* e fomentar a compreensão de discursos equivocados na abordagem de gênero nas escolas.

Ainda na modalidade "Mesas redondas", no artigo "A temática indígena no ensino de espanhol", a Professora da UEPG, Letícia Fraga, parte da Lei 11.645/2008 que estabelece a obrigatoriedade do estudo de história e cultura afro-brasileira e indígena em

CC BY

todas as escolas de EF e EM do país. A autora pretende discutir relações estabelecidas entre a temática e a disciplina de língua espanhola, que não é vista como prioritária atualmente pelos políticos. Seu texto se divide em duas partes: uma primeira que aponta elementos relativos à temática indígena e ao ensino de espanhol em sua maior parte desconhecida ou considerados irrelevantes por professores e alunos, e outra que apresenta propostas de trabalho considerando os fatos apontados, no sentido de que a Lei poderia adequar-se e propor uma bibliografia produzida por autores indígenas, por exemplo.

Diante deste escopo, Fraga enumera seis fatos que corroboram a premissa de visar esclarecer o alcance da Lei 11.645/2008 e aperfeiçoar sua forma de direcionar atuações pedagógicas, especificamente no contexto de ensino de E/LE. O primeiro fato listado é o de que os cursos superiores não tratam sobre questões indígenas ou o fazem de maneira equivocada decorrendo, daí o segundo aspecto que é o fato de a América Latina ser original e densamente indígena. O terceiro dos fatos é a quantidade de indígenas, isto é, cerca de 45 milhões, 8% da população total (dados de 2000). O quarto é que não se conhece claramente o âmbito da América Latina, isto é, apenas costuma descrever só sua divisão geopolítica. O quinto é que o espanhol não é falado da mesma forma em cada país, mas somente se vê isso, em LDs, mediante a referência genérica a diferenças linguísticas e culturais que há entre os países hispânicos. O último caso é que as aulas de espanhol, apesar de se preocupar em abordar a realidade linguística, cultural, econômica atual, acabam ignorando os indígenas também na contemporaneidade, isto é, fazendo referência a eles sobretudo no passado.

Ademais, fala-se que, além dos países hispano-americanos, o Brasil destaca-se na quantidade de etnias, línguas e quantidade de povos que correm risco de desaparecer, porém, nas aulas de língua ou cultura espanhola, raramente se faz referência a qualquer um desses povos, como é o que parecem mostrar os LDs que privilegiam a variedade linguística da Espanha e mencionam variedades americanas como curiosidades ou mero complemento. Daí, pois, que vem a necessidade de defender a real implementação do estudo da história e da cultura indígena, o que, na prática, torna obrigatório o ensino, pelos docentes, de tais conteúdos, os quais, conforme a autora, sempre estiveram presentes na grade curricular da Educação Básica.

Após contextualizar essa necessidade e urgência de ensino de conteúdos relativos ao universo indígena, finalmente a estudiosa volta-se para sua proposta de inserção no ensino, não uma abordagem de curiosidade, releitura de fatos, mas de incluir a voz legítima e autêntica dos indígenas, deixando claro que tal "voz" inevitavelmente passa pelo filtro da língua espanhola que foi imposta em certo momento, até por questão de sobrevivência ao longo da processo de colonização.

Neste raciocínio, sua sugestão é incluir fontes nas quais seja possível conhecer outra versão da história da América Latina, na qual os indígenas efetivamente façam parte. É o caso do trabalho de duas escritoras indígenas latino-americanas, Maribel Mora Curriao e Briceida Cuevas Cob, cujas obras foram apresentadas em um texto de Gloria Alicia Caudillo Félix Fuente (2016).

Na sequência, tem-se o artigo "De uma pequena semente a um grande baobá: africanidades no ensino de espanhol e literaturas em espanhol" o qual foi produzido por um dos organizadores do livro, isto é, Renan Fagundes de Souza. Com subtítulos que trazem alegoria à ideia do nascimento e crescimento do baobá, árvore tipicamente africana que pode a chegar a grandes alturas, Souza (2018) inicia falando sobre a realidade do continente africano, plural em culturas e números de países, mas que sofre

CC BY

uma visão estereotipada de que existe uma unidade e onde só há problemas e dificuldades. Em contraposição, defende-se a necessidade de se repensar este continente em sua heterogeneidade e diversidade, e como tais elementos podem estar presentes nas culturas de países falantes de língua espanhola que possuem este idioma como oficial. Daí enuncia-se o objetivo do artigo que é discutir sobre o conceito de *africanidades* e conciliá-lo com o ensino de língua e literaturas em língua espanhola. Para tanto, faz-se um apanhado histórico e debate-se a terminologia, destacando a sua natureza de substantivo plural haja vista serem plurais as identidades africanas.

Antes, porém, de maior detalhamento teórico, o autor esclarece as motivações e origens desta pesquisa, no caso, o PIBID, cujo escopo buscava a valorização dos futuros professores em seu processo de formação, bem como relacionar diversificados gêneros textuais, língua e literaturas em língua espanhola e a ideia de africanidades. A seguir, o pesquisador critica a visão eurocêntrica também presente no ensino de línguas estrangeiras, na educação básica e no ensino superior. No entanto, salienta que alguns estudiosos se opõem a tal perspectiva enunciando que há muitas coisas com que se importar e que não só existe a contribuição da cultura europeia, sugerindo preconceito contra índios, africanos e seus descendentes, ou uma ignorância profunda a respeito desses povos.

O estudioso ainda cita autores que falam de um suposto mito da democracia racial, por um lado, e que o Movimento Negro, no nosso país, por outro, vem minimizando as desigualdades raciais ao trazerem à baila diversos elementos culturais, psicológicos e artísticos da África como uma forma de garantir reconhecimento e representatividade. Estas evocações seriam, em síntese, as chamadas africanidades, ou heranças deixadas pelos africanos e seus descendentes desde o processo de escravidão. Neste sentido, apresenta-se a conclusão do texto de que certas justificativas do professorado, que não trabalha com temática das relações étnico-raciais, seriam indícios da desvalorização das culturas de origem africana por falta de interesse ou mesmo de informação. Por fim, o professor entende a necessidade de não somente atualizar e promover a discussão sobre africanidades, afrodescendência ou "afrobrasilidade", mas também entender que os livros didáticos precisam dar mais visibilidade aos diferentes gêneros textuais que sejam produzidos por escritos afros das várias nacionalidades hispano-americanas.

Na modalidade "Oficinas", o penúltimo texto do livro "Como trabalhar raça, com intersecções de gênero e de classe, no ensino de espanhol LE? Apontamentos", elaborado pela professora do IFSC, Édina Enevan, objetiva sugerir aos professores atividades práticas que possam auxiliar no desenvolvimento das temáticas étnico-raciais, com intersecções entre gênero e de classe, no espaço da aula de espanhol.

Sua base de trabalho adveio da união de pesquisas com as práticas docentes, que requerem um ensino de línguas mais inclusivo, o qual pode se efetivar por meio da devida ativação das Leis nº10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino de conteúdos referentes à História e à Cultura Afro-Brasileira e Indígena no âmbito de todo o currículo escolar. Após mais de uma década das referidas Leis, a autora entende que as temáticas étnico-raciais ainda são pouco debatidas na área do E/LE, o que preocupa bastante, sobretudo considerando o papel do ensino de línguas estrangeiras em formar indivíduos capazes de respeitar as diversidades cultural, identitária e linguística.

A seguir, a autora expõe documentos oficiais da educação brasileira que debatem e propõem um ensino de línguas que desconstrua preconceitos, discriminações sexuais,

CC BY

sociais e étnicas, por um viés cultural e reforçam a necessidade de abordar o processo de ensino-aprendizagem que se oponha aos preconceitos e as discriminações sexuais, étnicas e sociais. Finalmente, Enevan se dedica a propor suas atividades, sendo a primeira delas a análise de imagens dos próprios livros didáticos utilizados pelos alunos, sejam da disciplina de espanhol ou de outros componentes curriculares. Nesta proposta, a ideia seria os professores mobilizarem os estudantes por meio de questões que poderão ser respondidas oralmente sobre, por exemplo, a representação de pessoas negras na mídia. Esta proposta, segundo a autora, teria o condão de discutir questões de raça, gênero e classe de modo a promover a reflexão e análise de textos não verbais e podendo, ainda, ser trabalhados conteúdos linguísticos vários.

Na segunda proposta, a ideia seria aprofundar o trabalho com o gênero musical rap, enquanto gênero textual, estilo e produção orientada de letras, algo que permitiria, ademais, trabalhar a variação linguística, que é intrínseca às línguas. A terceira e última proposta seria na perspectiva dos multiletramentos a qual permitiria, juntamente com a discussão de aspectos estruturais da língua, o trabalho com vocabulário, bem como a possibilidade de discussão e estímulo a uma visão crítica dos estudantes para as construções sociais acerca de pessoas negras, de papéis sociais atribuídos e relacionados às mulheres ou às pessoas pobres. Afinal, segundo a autora, quando aparecem pessoas negras nesses livros, costumam ser estereotipadas de diferentes formas.

Por fim, como arremate do livro, apresenta-se o "Manifesto coletivo dos professores de espanhol do Paraná", elaborado em 10 de novembro de 2016 e publicado originalmente no mesmo ano de 2016 na Revista *Muitas Vozes* do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da UEPG.

Neste peculiar texto de caráter coletivo e político, a Associação de Professores de Espanhol do Estado do Paraná (APEEPR), descreve suas atuações desde 1985, sua função, em prol da Educação de qualidade, pelo plurilinguismo linguístico na formação básica dos cidadãos e pelo direito de escolha da Comunidade Escolar escolher a Língua Estrangeira Moderna (LEM) para compor a Matriz Curricular no Currículo Escolar, garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96, de 20/12/1996.

Para realizar tanto seu manifesto quanto sua solicitação de política linguística e revisão de leis, descreve-se o papel da APEEPR de buscar romper com práticas linguísticas hegemônicas e monolíngues, considerando que o espaço que todas as LEM devem ter no Brasil. Já no que tange ao ensino de línguas estrangeiras, salienta-se como uma das principais ações já realizadas pela APEEPR no Estado do Paraná a defesa da ampliação da oferta de LEM na Educação Básica e a consequente criação do Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM), regulamentado através da Resolução nº 3.546/86 de 15 de agosto de 1986.

Trata-se, pois, de um Manifesto Coletivo que enumera, também, razões para os professores repudiarem as ações unilaterais do Governo Federal e do Ministério da Educação no tratamento dado à Educação Pública, no que se refere à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 241/2016 de 15/06/16 que tramitou no Senado Federal sob o nº 55/2016, e que instituiu um "Novo Regime Fiscal" que prevê cortes em investimentos públicos para os próximos 20 anos em diversas áreas como a Educação e à Medida Provisória (MP) n° 746/2016 de 22/09/16, publicada no Diário Oficial da União e que trata da "Reforma do Ensino Médio".

Expandido o raciocínio, criticam-se as falhas tanto de proposta quanto de concepção nos novos dispositivos legais como a não explicitação do modo de as escolas possibilitarem a oferta de todos os eixos específicos para que o(a) estudante possa

CC BY

realizar a escolha. Outro elemento rebatido é a noção prevista na MP 746/2016, que altera o Artigo 61 da LDB/1996, permitindo que profissionais com "notório saber" ministrem aulas, o que implica a total falta de requisitos técnicos, e não subjetivos, necessários para atuação docente. Outra crítica a mais em relação à MP 746/2016, que contraria os documentos oficiais de Educação no país e as orientações apresentadas pela BNCC, diz respeito à oferta da Língua Inglesa como Disciplina Curricular de caráter obrigatório, desde os Anos Finais do Ensino Fundamental até o Ensino Médio. Isto significa se opor à LDB/1996 a qual promovia a diversidade cultural e a pluralidade linguística. Isto desprestigia claramente a língua espanhola cujo ensino, enquanto Disciplina Curricular, já está presente em escolas brasileiras há um século, quando, em 1919, no Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, houve a primeira referência à sua presença nos currículos escolares.

Enfim, há o manifesto elaborado pela associação finaliza com a premissa básica que aparentemente guiou todo este pertinente e importante livro que é o fato de que "para que o ensino da língua estrangeira adquira sua verdadeira função social e contribua para a construção da cidadania, é preciso, pois, que se considere que a formação ou a modificação de atitudes também podem ocorrer a partir do contato ou do conhecimento com/sobre o estrangeiro, o que leva, de maneira clara e direta, a pensar o ensino do Espanhol, antes de mais nada, como um conjunto de valores e de relações interculturais". Finaliza-se, daí, com o pedido a parlamentares e governantes que se posicionem contrários e revoguem ambos os textos em sua totalidade.

Após rever todo este livro, vimos o quanto ele é relevante para os *já* e *futuros* professores se motivarem a seguir lutando pela continuidade e expansão do ensino de E/LE no país , incluindo aí conceitos atuais de democracia étnico-racial e de gênero, bem como estímulo aos seus *atuais* e *futuros* alunos a respeitar o diferente, sempre, independentemente de sua condição. Além disso, é oportuno em termos teóricos e de atualização sobre as lutas que vêm sendo implementadas e as leis que vêm surgindo visando beneficiar interesses capitalistas e mercadológicos em detrimento de uma proposta problematizadora de uma educação que defenda uma sociedade mais justa, crítica, igualitária e democrática.

Sendo assim, enquanto professor e atuante na área, recomendo este livro a todos os interessados na área ou que queiram refletir mais sobre ações em prol de uma educação realmente emancipadora, sobretudo nestes tempos em que há tanta opressão, desigualdade, acrescida à ideia de nostalgia e celebração de momentos abomináveis, execráveis em nosso país como falta de assistência a minorias, ditadura e violência banalizada a extratos sociais não hegemônicos ou que pensam de modo diferente da classe dominante.

Recebido em 25 de fevereiro de 2019

Aceito em 23 de abril de 2019

CC BY